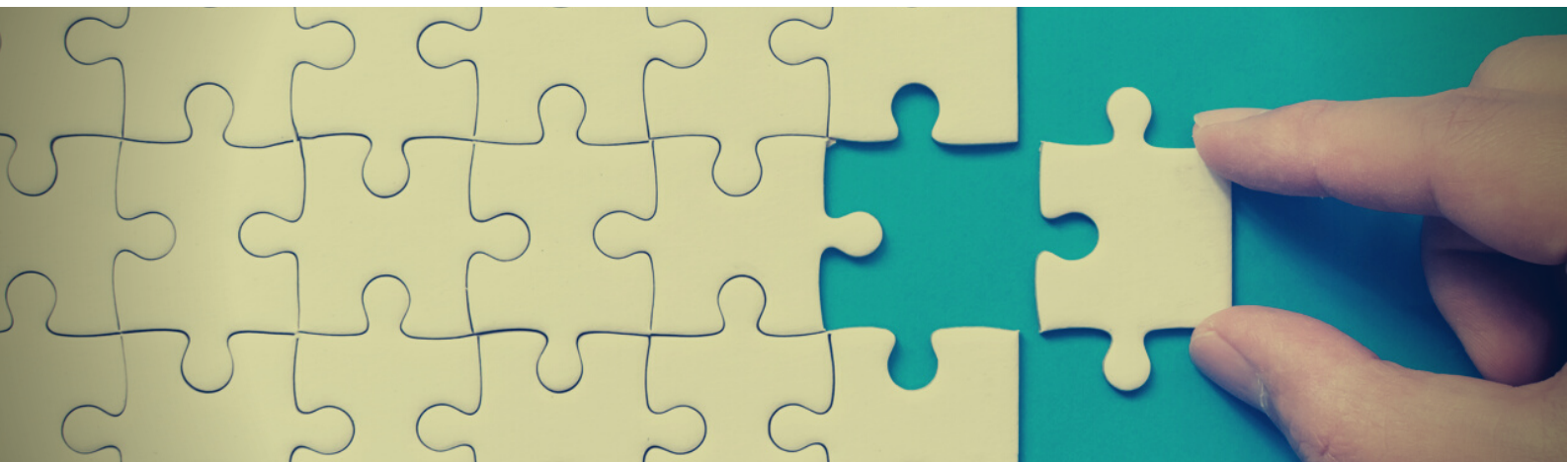


NORMAS INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE CHEGAM AO BRASIL COM O CBPS



Eduardo Flores
USP



Haroldo Levy Neto
APIMEC Brasil



Leandro Ardito
PwC



Onara Lima
Abrasca



Vania Borgerth
CBPS

A padronização das informações não financeiras, que permitirá maior comparabilidade aos relatórios de sustentabilidade, é considerada o Santo Graal nas discussões em torno do tema. Essa medida deve levar os reportes das companhias e as análises dos stakeholders a um segundo patamar de evolução. E é com a missão de endereçar essa questão que surge mais uma sigla no universo de acrônimos que cercam o ESG: CBPS, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade, que se incumbirá de adaptar as normas internacionais de sustentabilidade, editadas pelo ISSB (International Sustainability Standard Board), à realidade brasileira.

O CBPS iniciou os trabalhos em setembro de 2022 com objetivo de refinar os esforços de padronização e viabilizar uma linguagem única sobre dados de sustentabilidade, diante da diversidade de padrões de relatórios existentes. Desde então, o comitê enviou contribuições para a audiência pública de duas normas decisivas nessa direção, a S1 e a S2, lançadas em conferência do ISSB nesta segunda-feira (26/06). Agora, as normas deverão ser colocadas em consulta pública no Brasil pelo CBPS.

Em vez de criar regras do zero, ambas as normas incorporam as boas práticas existentes em busca de um padrão comum, e seguem as recomendações do TCFD (Task Force on Climate Related Financial Disclosure), órgão criado pelo Financial Stability Board (FSB).

Uma linguagem comum será essencial para que os órgãos reguladores globais possam adaptar normas às suas regiões, já que o ISSB tem apoio do G7, G20, Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO), Conselho de Estabilidade Financeira, Ministérios de Finanças e Bancos Centrais de mais de 40 jurisdições.

A tendência para a padronização se consolidar globalmente, a partir das normas S1 e S2, é clara. O ritmo em que serão colocadas em prática não será necessariamente acelerado, com a perspectiva de que seus desdobramentos avancem a partir de 2024.

É nesse prazo que se espera que as informações dos relatórios de sustentabilidade estejam integradas com as contábeis e, portanto, sem as lacunas comunicacionais que criam desinformação. “São essas lacunas que se quer evitar, pois elas resultam em greenwashing. Não posso ter duas informações antagônicas para o mesmo fato, de uma mesma empresa”, afirma Eduardo Flores, coordenador técnico do CBPS e professor do departamento de Contabilidade e Atuária da USP.

Onara Lima, executiva de sustentabilidade, membro do CBPS e da comissão ESG da Abrasca, destaca que o risco de não comparabilidade que existe na falta de padronização das informações de sustentabilidade nos relatórios também se estende à análise dos diversos ratings ESG, que também não têm padrão, transparência e clareza em relação às metodologias adotadas.

“O mercado financeiro bebe na fonte de ratings porque é complicado ter tantos profissionais para analisar individualmente as empresas de suas carteiras. Muitos usam informações públicas, onde podem observar uma empresa com score bom em um rating, e não tão bom em outro. O cenário hoje é de complexidade do ecossistema, nos quais investidores têm de se debruçar mais e as empresas têm de dedicar mais esforços, com comunicação assertiva ao mercado”, afirma.

No patamar atual de discussão, ela avalia que não será possível ser raso em relação ao tema. Por isso, as matrizes de riscos das empresas terão de estar conectadas com as de materialidade. “Sem um reporte padronizado e único, empresas brasileiras podem perder negócios, caso o investidor estrangeiro não consiga analisar. O acesso e custo do crédito também estará cada vez mais atrelado aos aspectos ESG”, acrescenta Onara.

ESTRUTURA DO CBPS E DO ISSB

O CBPS surgiu para atuar em conjunto e espelhando o trabalho do ISSB, no desenvolvimento de padrões comparáveis de reportes de sustentabilidade no Brasil. Assim como o IFRS desenvolveu um padrão internacional que permite equidade e comparabilidade entre as demonstrações financeiras e contábeis das empresas ao redor do globo, o ISSB foi criado com o mesmo propósito, só que com relação a informações de sustentabilidade.

ESTRUTURA DO ISSB NA ATUAÇÃO SOBRE RELATÓRIOS E ESTRUTURAS DE DIVULGAÇÃO ESG



IASB

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD DEFINE AS REGRAS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS QUE A MAIOR PARTE DO MUNDO EXIGE QUE AS EMPRESAS USEM

ISSB

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD TEM O OBJETIVO DE FORNECER ÀS EMPRESAS UMA ESTRUTURA UNIFICADA PARA RELATAR O CLIMA E OUTROS RISCOS DE SUSTENTABILIDADE QUE OS RELATÓRIOS FINANCEIROS PODEM NÃO CAPTURAR

Ao lado do IASB (International Accounting Standards Board), o ISSB foi criado a partir de uma fusão de outros frameworks, porque incorporou a Value Reporting Foundation, fundação que conjugava duas entidades importantes, e a IIRC (International Integrated Reporting Council), o órgão que emite o Relato Integrado, muito utilizado no Brasil. E também incorporou o SASB (Sustainability Accounting Standards Board), organização norte-americana que já tem 77 documentos setoriais publicados visando à elaboração de relatórios de sustentabilidade com viés financeiro.

“O objetivo do ISSB, assim como do CBPS para o Brasil, é permitir a comparação de informações, por meio de indicadores confiáveis e de acordo com a companhia e o seu setor de atuação”, diz Haroldo Levy Neto, coordenador de Relações Institucionais do CBPS e Diretor Técnico da APIMEC Brasil.

ESTRUTURA DO CBPS COMO ESPELHO DO ISSB



CPC

ENTIDADES FUNDADORAS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS INDICAM REPRESENTANTES PARA O CBPS. QUE TEM 14 MEMBROS

CBPS

COMITÊ BRASILEIRO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS TRABALHA EM CONJUNTO COM ISSB. PARTICIPOU DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS NORMAS S1 E S2 DO ISSB. DECISIVAS PARA O AVANÇO DA PADRONIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Fundado em 2022, o CBPS é composto por dois representantes de cada uma das entidades fundadoras do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e da FACPCS (Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade). Essas entidades são a Abrasca, APIMEC Brasil, B3, CFC, Fipecafi, Ibracon. Também participam Abrapp e Amec. O comitê tem uma atividade multifacetada e equipe multidisciplinar, com mandatos de quatro anos.

Participam do CBPS na condição de membros observadores, representantes de órgãos reguladores como CVM, Susep, Banco Central, Aneel e Previc, com a diferença de que não têm poder de voto. “O comitê não tem poder de enforcement, ou seja, de impor as normas que traduz do ISSB, mas as autarquias têm o poder de regulação administrativa. Acreditamos que, em algum momento, elas venham a ter algum dispositivo legal que exija a adoção de padrões internacionais de relatórios de sustentabilidade”, diz Flores.

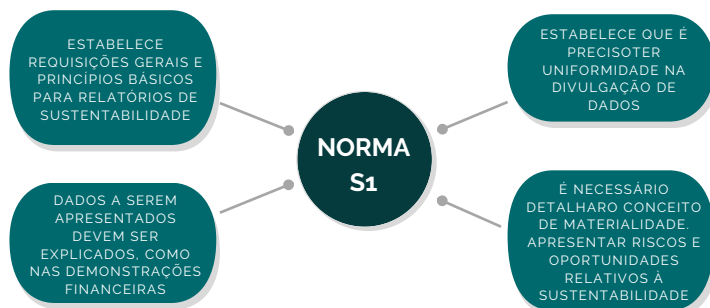
Segundo Levy Neto, o comitê tem as coordenadorias de Relações Internacionais, Operacional, Técnica e Relações Institucionais, da qual é coordenador. O próximo passo do comitê será montar Grupos de Trabalho setoriais, e para os quais serão convidados representantes de agências reguladoras e um Educacional.

NORMAS S1 E S2: EM BUSCA DA LINGUAGEM UNIVERSAL

Em busca de uma linguagem única para os reportes de sustentabilidade, o ISSB lançou as normas S1 e S2, após consulta pública, da qual o CBPS participou. Agora, o comitê será responsável por traduzir e adaptar essas normas à realidade brasileira. A proposta é formar grupos de estudos técnicos, divulgar e realizar uma aproximação com agentes do mercado financeiro e de capitais brasileiro para instruí-los e coletar suas percepções.

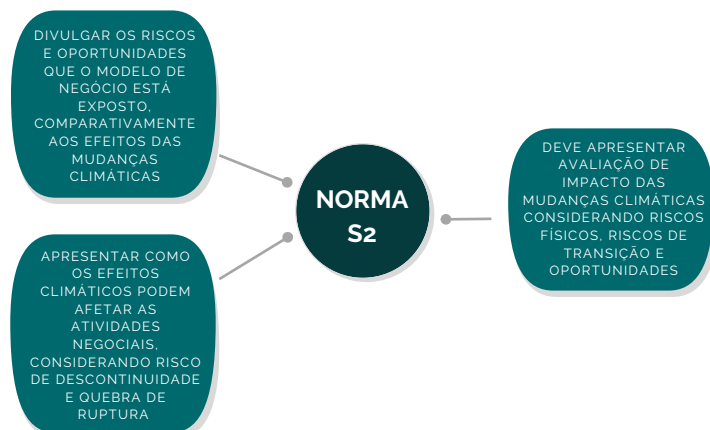
“Nesse primeiro momento, os reguladores não serão envolvidos. Vamos coletar as informações e refletir nos grupos de trabalhos técnicos, o que pode ser uma inspiração para a regulação e autorregulação”, comenta Flores.

A norma S1 consiste em uma cartilha com princípios básicos de como os dados devem constar em relatórios de sustentabilidade, assim como ocorre nos documentos contábeis, nos quais existe a necessidade de explicar os saldos apresentados, e manter a uniformidade na divulgação. Orienta, por exemplo, a divulgar a emissão de carbono da mesma forma em todos os relatórios, e a explicar o conceito de materialidade adotado. O objetivo é que a S1 propicie relatórios com completude e informação material relevante para os usuários.



“Essa norma traz como referência os padrões do SASB, como material prioritário, para ajudar as organizações a determinar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Muitas vezes, para o analista é pior ter acesso a uma informação que gera dúvida do que não ter a informação”, explica Levy Neto, da APIMEC.

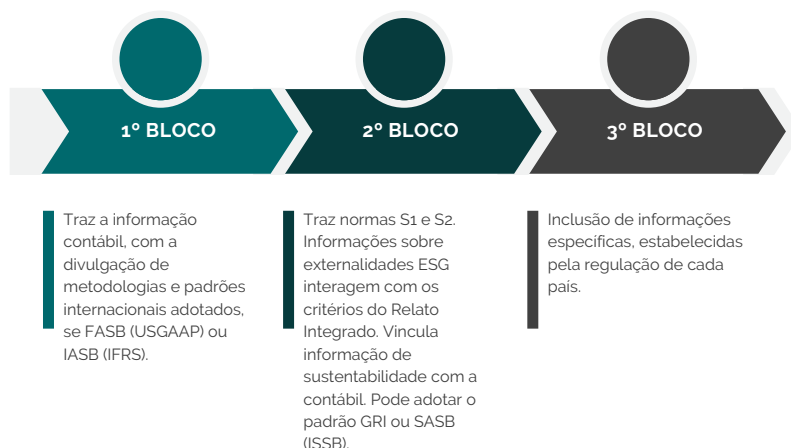
A norma S2, por outro lado, é um protótipo das recomendações do TCFD com os padrões do SASB em relação às métricas associadas ao clima. É uma norma voltada ao reporte de mudanças climáticas. Objetivo é fazer com as empresas reflitam sobre como esses efeitos poderiam afetar o negócio.



“As normas S1 e S2 são documentos agnósticos, porque conseguem conviver harmonicamente com qualquer padrão de relatório de sustentabilidade, ou seja, com SASB, GRI e normas locais. Também consegue conviver com qualquer padrão contábil, como IFRS e USGAAP”, compara Flores.

Para que as normas S1 e S2 avancem para o campo prático, o modelo de trabalho a ser adotado será o chamado Building Blocks, em tradução livre “blocos de construção”. O modelo prevê que os relatórios corporativos sejam construídos em camadas.

O modelo permite que o relatório possa ser customizado de acordo com a utilização de padrões que não rivalizam entre si e tenham as normas S1 e S2 como base multidisciplinar.



“O primeiro e segundo bloco desse modelo permitem amarrar as informações contábeis com as de sustentabilidade, que torna possível a comparação de empresas de diferentes países. No terceiro bloco, teremos informações específicas de cada país sobre os fatores de sustentabilidade. O Brasil, nesse sentido, tem fatores que o diferencia dos demais em termos de recursos hídricos, florestais e de biodiversidade, para as quais os reguladores poderão estabelecer que as empresas adicionem informações específicas”, afirma Vania Borgerth, membro do CBPS e contadora.

STATUS DA AGENDA GLOBAL: A POSIÇÃO E DESAFIOS DO BRASIL

A contadora diz que a regulação europeia já exige de empresas e subsidiárias no território europeu mais do que o ISSB requisita por meio das normas S1 e S2, como a dupla materialidade e todas as questões que permeiam a sustentabilidade.

Embora a exigência de informações nos relatórios esteja mais acelerada na União Europeia e Inglaterra, nos Estados Unidos também avança por meio de iniciativas das próprias empresas e da SEC, apesar dos movimentos contrários ao ESG, por meio de legislações aprovadas em Estados republicanos.

“O maior risco do movimento contra o ESG é levar à inação. Agora o tema chega aos conselhos, e as normas trazem essa responsabilidade para a estratégia, para começar a elevar o nível de discussão”, comenta Onara, da Abrasca.

A IOSCO, que representa as Comissões de Valores Mobiliários pelo mundo, também endossou a S1 e S2, e a expectativa é que as normas entrem em vigor em 2024. “Mesmo no território americano, onde historicamente há resistência, há consenso das empresas em relação ao tema, o que explica porque o SASB, desenvolvido em Harvard, é o padrão que mais cresce no mundo. As empresas sabem que quem não jogar o jogo ficará fora do mercado. A SEC está consciente do que quer pedir”, avalia Vania.

Nesse contexto, o Brasil tem um case de sucesso mundial: a exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) de tornar o Relato Integrado mandatório para empresas do âmbito Federal, sujeitas ao Relatório de Gestão, desde 2018. “Precisamos estender para o âmbito estadual e municipal, mas já foi um ganho tremendo. Agora, com a transição para o Pratique ou Explique no setor privado, será um fator de educação ao consumidor e investidor”, afirma.



O maior risco do movimento contra o ESG é levar à inação. Agora o tema chega aos conselhos, e as normas trazem essa responsabilidade para a estratégia, para começar a elevar o nível de discussão

Onara Lima



A Resolução CVM 59 “Pratique ou Explique” representou outro passo importante. Ainda que sua metodologia não obrigue a dar informação ESG, pede uma explicação sobre o por quê a empresa não faz. É um tipo de questionamento que tende a gerar um efeito de mudança de comportamento.

Para Vania, não será difícil para as empresas brasileiras adotarem as normas S1 e S2 em seus relatórios, pois já estão acostumadas a adotar o GRI. No entanto, ela destaca que o desafio no país será o escopo 3 do reporte do ISSB, que aborda os indicadores de sustentabilidade da cadeia de valor, as pequenas e médias empresas de capital fechado. “Haverá mais tempo para ajustar isso e estamos trabalhando com o Sebrae”, analisa Vania.

ASSEGURAÇÃO DE INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS: PREPARAÇÃO DAS AUDITORIAS

A competição entre companhias e a pressão de stakeholders também têm incentivado, aos poucos, o crescimento da asseguração das informações não financeiras de relatórios de sustentabilidade pelas auditorias.

Dentre as modalidades existentes a mais adotada é a asseguração limitada, na qual o conforto que o auditor dá para informação de sustentabilidade é menor do que na asseguração razoável.

Isso porque a maior parte dos relatórios são assegurados de maneira voluntária. Atualmente a regulação só exige a asseguração limitada dos relatórios de sustentabilidade de empresas de capital aberto que emitem

o Relato Integrado, por meio da OCPC 09. Uma padronização maior dos relatórios tende a incentivar o crescimento desse mercado.

Estudo da PwC realizado com as divulgações de 88 empresas que compunham o Ibovespa, revela que 72 apresentaram relatório de sustentabilidade em 2021. Desse total, o percentual de empresas que adotavam o Relato Integrado do IIRC, passou de 16% para 26% de 2020 para 2021. O movimento acompanhou o incremento de 12 pontos percentuais nos relatórios que passaram por algum tipo de asseguração, que foi de 65% da amostra em 2021.

Leandro Ardito, membro do CBPS, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Ibracon e sócio da PwC, explica que, dentro das auditorias, há um processo de formação de equipes multidisciplinares para fazer a asseguração de informações de sustentabilidade, com profissionais treinados nos diferentes frameworks de relatórios existentes.

“É um processo de preparação, com pessoas para endereçar os temas em cada área. Estamos amadurecendo nesse processo, entendendo as informações. A expectativa é que num futuro próximo as empresas passem a utilizar a asseguração razoável”, conclui.



Fábio Coelho
Editor e Presidente da Amec

Conheça outros conteúdos da Amec e acompanhe nossas redes sociais:

